

Parque ecológico e o desenvolvimento urbano sustentável: um estudo do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique

Andre Maputa¹

Giulia Malaguti Braghini Marcolini Martires²

Clauciana Schmidt Bueno de Moraes³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância dos parques ecológicos municipais e da biodiversidade para o desenvolvimento urbano sustentável. O estudo justifica-se pelo fato de os parques ecológicos municipais serem espaços fundamentais nas áreas urbanas, pois além de promoverem a saúde e o bem-estar das pessoas, possibilitam o contato direto com a natureza. A metodologia consistiu na pesquisa exploratória-qualitativa, em que utilizou-se o método de análise de conteúdo para verificar os dados obtidos por meio da aplicação de entrevistas e da observação como principais instrumentos de coleta de dados; adicionalmente, foi realizado um detalhado levantamento de campo no Parque Ecológico Municipal da Ilha de Moçambique, acompanhado de um minucioso estudo de documentos públicos que abordam o tema. A pesquisa baseou-se na seguinte questão: qual é a importância dos parques ecológicos municipais no contexto do desenvolvimento urbano sustentável em Moçambique? Os resultados mostram que, quando adequadamente estruturados, esses parques são indicadores de qualidade de vida, uma vez que estão ligados ao lazer, à recreação e à prática de atividades físicas. Além de constituir locais de convívio social, também permitem a preservação e a conservação do patrimônio natural. Sendo catalisadores do desenvolvimento urbano sustentável, é importante ressaltar que os parques em condições precárias de conservação podem representar graves riscos ambientais e acarretar prejuízos à população.

Palavras-Chave: Biodiversidade; desenvolvimento sustentável; patrimônio natural; preservação; conservação.

1. Introdução

Pela primeira vez na história, a maior parte da população mundial mora em cidades. Segundo projeções das Nações Unidas, até 2050, dois terços da humanidade estará urbanizada (UN-Habitat, 2018). No entanto, é importante observar que nos países em desenvolvimento, o crescimento das cidades está frequentemente associado ao aumento das desigualdades, ao agravamento da pobreza, à exaustão dos recursos naturais e à poluição (Pulici, 2016).

Nas últimas décadas, a acessibilidade distinta do espaço verde urbano tornou-se amplamente reconhecida como uma questão de injustiça ambiental. Portanto, a criação de parques urbanos em regiões de classe média-baixa não deve ser vista como um paradoxo, pois eles

¹ Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas/contato: andre.maputa@unesp.br

²UNESP/Contato: giulia.malaguti@unesp.br

³UNESP/Contato clauciana.scmidt@unesp.br

podem melhorar a qualidade de vida e a saúde pública, mas também podem aumentar os custos de habitação e os valores das propriedades (Jennings *et al.*, 2012; Bentley *et al.*, 2012).

Para realizar uma análise dos parques urbanos no âmbito daquilo que agências internacionais, governos locais e adeptos à onda das “boas práticas ecológicas” colocam como sustentabilidade, é necessário promover a incorporação de recursos tecnológicos no processo de planejamento e gestão, como também defender a ideia de que as cidades devem ser competitivas, requalificando áreas degradadas e recompondo seu quadro produtivo econômico (Leite; Awad, 2012; Trigueiro, 2017).

A Ilha de Moçambique foi identificada pelos navegadores portugueses em 1498, por considerá-la um caminho para a Índia. Antes, os asiáticos serviram-se da Ilha como importante entreposto comercial (Moçambique, 1988).

Mapa 1 - Parque Ecológico Municipal da Ilha de Moçambique.



Fonte: Paixão (2014)

A arquitetura da cidade, formada ao longo de 400 anos, é notável pela sua heterogeneidade, refletindo os estilos Swahili, Árabe, Indiano, Português e Indo-português. A Ilha de Moçambique constitui uma referência especial pela sua importância econômica e cultural. Ela é um local onde ocorreu um caldeamento de culturas que gerou uma simbiose de valores civilizacionais presentes sobretudo nos aspectos arquitetônicos. As cidades de Macuti e de Pedra e Cal, ambas protegidas pela Lei nº 10/1988 (Lei de Proteção do Patrimônio Cultural) também desempenham papéis importantes nesse contexto (Moçambique, 1988).

Após a independência, o governo de Moçambique iniciou ações de preservação e valorização cujo corolário foi a declaração, em dezembro de 1991, da Ilha de Moçambique como

“Patrimônio Cultural Mundial” pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Essa declaração, originária da proposta do governo moçambicano, tornou imperativos a preservação e o florescimento da Ilha de Moçambique, quer para o país, quer para outros países do mundo, particularmente os que partilham com Moçambique parte da convivência histórica na Ilha. Localiza-se na costa oriental africana, na República de Moçambique, a 2400 km da capital do país, a cidade de Maputo, e a 180 km da capital da província nortenha, Nampula. Situa-se entre a Baía de Mossuril, no Oceano Índico, fazendo parte do Arquipélago três pequenas ilhas não habitadas: a Ilha de São Lourenço, onde está localizado o Fortim do mesmo nome, e, a leste, as Ilhas de Goa e Sena (Moçambique, 2013).

A metodologia empregada consistiu na pesquisa exploratória e uma abordagem qualitativa. De acordo com o seu objetivo, adotou-se a análise de conteúdo para a verificação de dados empíricos coletados por meio da aplicação de entrevistas em profundidade a uma amostra de inquiridos — residentes e funcionários do município — que responderam o roteiro de perguntas previamente elaborado. Além disso, para enriquecer a coleta de dados empíricos foram empregadas técnicas de observação que permitiram a coleta de informações e imagens dos locais de interesse, tais como área de salinas, espaço de lazer, pontos turísticos e o aterro sanitário municipal.

No que diz respeito aos aspectos técnicos, este estudo privilegiou uma abordagem bibliográfica, fundamentando-se em literaturas anteriores sobre a temática em questão. A análise foi alicerçada em um conjunto de artigos científicos publicados nas bases de dados e no portal do governo, na busca de conteúdos que exploram a temática em estudo.

A pesquisa adotou uma abordagem bibliográfica para delimitar o porte conceitual e analisar o conteúdo. Isso permitiu a fundamentação da base teórica deste estudo por meio de referências não apenas do contexto moçambicano, mas também de outros contextos relevantes. Esta pesquisa é um recorte de estudo subordinado ao tema “Parque Ecológico e o Desenvolvimento Sustentável: um estudo do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique”. A lacuna da pesquisa a ser investigada é a seguinte: qual é a importância dos parques ecológicos municipais para o desenvolvimento urbano sustentável em Moçambique?

A contribuição deste artigo reside em trazer uma abordagem científica diferente das abordagens publicadas no contexto internacional e especificamente em Moçambique. Além disso, tem como propósito orientar as autoridades a pensar e repensar o modelo de gestão dos parques ecológicos municipais de forma a preservar a sua integridade física. Desta forma, o objetivo principal da pesquisa é analisar a importância dos parques ecológicos municipais e da biodiversidade para o desenvolvimento urbano sustentável.

2. Resultados e discussão

A pesquisa permitiu identificar que o parque urbano é definido como um espaço de uso público destinado à recreação da comunidade e que incorpora intenções de garantir a conservação, sendo caracterizado por sua autossuficiência etimológica, ou seja, sua configuração não se influencia por nenhuma estrutura construída em sua volta. Por sua vez, considera-se Parque Ecológico como sendo uma área de conservação de uso sustentável de domínio público autárquico, cujo propósito é a conservação de ecossistemas sensíveis no contexto urbano e de povoação, conforme definido pelo Conselho de Ministros (Moçambique, 2014).

2.1 Parque Ecológico da Ilha de Moçambique

Os dados coletados mostram que a Ilha de Moçambique é um Parque Ecológico Municipal que apresenta estética urbana, riqueza de recursos naturais e patrimônio natural. Obviamente que as autoridades locais junto a parceiros e atores conduzem campanhas de sensibilização e conscientização da população, contribuindo para a preservação e conservação da biodiversidade dos habitats naturais, bem como a proteção do patrimônio natural. Esse esforço conjunto visa garantir a preservação e conservação de elementos naturais para o equilíbrio ecológico da autarquia, incluindo as áreas florestais a fim de que continuem sendo este diversificado conjunto. Para atingir esse objetivo, é necessário intensificar ações que permitam a proteção e preservação da zona costeira, mediante programas de reflorestamento de mangal e casuarina visando reduzir a degradação das dunas. Assim, será possível encontrar uma rica diversidade biológica. O Conselho de Ministros (Moçambique, 2014) estabelece princípios que regem a proteção dos elementos naturais cruciais para o equilíbrio ecológico da autarquia local, incluindo terras húmidas, mangais, encosta, dunas e áreas florestais.

Fotografia 1 – Zonas costeiras degradadas.



Fonte: Autor (2019)

A pesquisa permitiu perceber que as terras húmidas, especificamente as salinas que se encontram na parte continental do Parque Ecológico Municipal da Ilha de Moçambique, estão

sob a gestão de instituições privadas para a extração de sal, contribuindo dessa forma não apenas para a empregabilidade de mão de obra local, mas também para o desenvolvimento urbano sustentável. A sustentabilidade dos parques urbanos pode ser entendida como uma analogia aos três pilares do desenvolvimento sustentável, que abrangem os aspectos ambientais, sociais e econômicos (Scheuer; Neves, 2016).

Fotografia 2 - Zona da salina.



Fonte: Autor (2019)

2.2 Preservação e Proteção do Patrimônio

Foi verificada a urgente necessidade de preservar e de conservar a diversidade de espécies vivas e o ecossistema em que habitam e onde se forma a vasta biodiversidade, de modo a garantir sua existência. Isso inclui proteger as áreas florestais contra incêndios em alguns lugares da parte continental da Ilha, pois constitui uma das principais ameaças de extinção de espécies raras e habitats naturais que vivem no ecossistema endêmico. O mau uso dos recursos naturais, a poluição e a expansão urbana estão entre as principais causas de degradação ambiental. Além disso, fatores como a poluição das águas marinhas, do solo e do ar, as queimadas descontroladas, a pesca furtiva e o desmatamento são ameaças à biodiversidade. A pesquisa alerta o Governo de Moçambique para o fato de que o patrimônio cultural e natural da parte insular da Ilha de Moçambique está em risco de desaparecer dentro de alguns anos, caso não haja medidas ou intervenção rápida de proteção.

Fotografia 3 - Zona costeira degradada pela força humana.



Fonte: Autor (2019)

A pesquisa constatou que o desmatamento da flora e da fauna representa uma ameaça de extinção das espécies e dos habitats dos quais dependem para viver, pois a redução da diversidade biológica compromete a sustentabilidade e a disponibilidade permanente dos recursos ambientais. A Ilha é um ecossistema florestal endêmico com potencial de diversidade biológica, abrigando uma variedade de espécies vivas que necessita da proteção e conservação dessas populações viáveis de espécies em seus ambientes naturais e das espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

Segundo Restrepo-Vélez (2016) os parques sustentáveis tornam as cidades mais sustentáveis e ecologicamente equilibradas. Para o autor o que difere o parque sustentável dos demais parques urbanos são as características gerais ou atributos como: a reutilização da água, a disponibilidade de um metro quadrado de área verde por habitante, a produção e utilização de energia em fontes renováveis, a quantidade de materiais reciclados, a redução de ruído e poluição, a diminuição do custo de manutenção, a conservação da vegetação e o impacto positivo para o bem-estar e a saúde da população.

2.3 Urbanização do Parque Ecológico Municipal da Ilha de Moçambique

Os dados coletados mostram que a urbanização do Parque Ecológico Municipal da Ilha de Moçambique conta com duas cidades — a zona de Cimento e a cidade de Macuti. Contrariamente ao artigo 25 da Lei nº 16/2014, aprovado pelo Conselho de Ministros (Moçambique, 2014), que estabelece a prevenção da ocupação arbitrária e da urbanização descontrolada e desregrada dos espaços verdes localizados nas autarquias locais, a cidade de Macuti apresenta construções recentes que não obedecem a uma estrutura urbana adequada. Pelo contrário, verificam-se construções arbitrárias e uma urbanização descontrolada (vide as imagens abaixo) onde as ruas servem apenas como divisões de um bairro para outro.

A lei recomenda que, no caso da cidade situada no parque ecológico municipal, as construções arquitetônicas devem obedecer a uma estrutura urbana, visando garantir a fácil circulação de carros, pessoas e mercadorias, como também permitir a conservação das zonas verdes, criando a paisagem urbana e natural.

Fotografia 4 - Construções na cidade de Macuti da Ilha de Moçambique.



Fonte: Paixão (2001)

As informações coletadas sugerem que alguns jardins localizados no interior do Parque Ecológico Municipal da Ilha de Moçambique apresentam degradação física e ambiental, devido à fraca conservação e manutenção. Esse problema contribui negativamente a estética da paisagem e sua diversificação, bem como a sua capacidade de embelezamento. É fundamental lembrar que a função ecológica desses espaços deve ser conciliada com a preservação do solo, da fauna, da vegetação e da qualidade do ar.

Fotografia 5 - Jardins degradados.



Fonte: Autor (2019)

2.4 Qualidade de vida no Parque Ecológico Municipal da Ilha de Moçambique

Com base nos dados coletados pode-se observar que, no Parque Ecológico Municipal da Ilha de Moçambique, a qualidade de vida urbana está diretamente relacionada a vários fatores, como infraestruturas sociais, ecoturismo, aspectos econômicos e sociais, bem como questões ambientais que influenciam diretamente a saúde física e mental da população urbana. Além disso, a prática de atividade pesqueira, a extração de sal nas salinas, entre outras, contribuem para o desenvolvimento sustentável dos seus municípios. Isso encontra respaldo no artigo 25 da

Lei nº 16/2014 (Moçambique, 2014), que admite o exercício das atividades que visam contribuir para a qualidade de vida da população local.

Fotografia 6 - Prática de atividades econômicas.



Fontes: Autor (2019); Paixão (2014)

2.5 Educação Ambiental no Parque Ecológico Municipal

A pesquisa considera que na atualidade, a questão ambiental é um tema que vem sendo abordado no quotidiano, seja nos meios de comunicação, nas escolas, na comunidade acadêmica entre outros atores. Entre as estratégias viáveis de se evitar ou, ao menos, reduzir as implicações do uso excessivo da biodiversidade, destaca-se a Educação, um meio pelo qual se pode desenvolver habilidades nas pessoas para preservar e cuidar da biodiversidade que as cerca.

Nessa perspectiva, a Ilha de Moçambique tem implementado campanhas de recolha de resíduos sólidos, tanto ao longo das praias como em áreas não costeiras, conduzidas por atores engajados com a preservação e a conservação do meio ambiente e do patrimônio natural. A título de exemplo, “*em 2019, o ativista ambientalista e professor doutor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e o professor visitante da Universidade Lúrio (UniLúrio) Carlos Manuel Serra realizaram, junto aos estudantes do mestrado em Patrimônio e Desenvolvimento da UniLúrio, uma campanha de recolha de resíduos sólidos, visando conscientizar as autoridades e a comunidade local sobre a preservação do meio ambiente e da biodiversidade*” (grifo nosso).

O Conselho de Ministros (Moçambique, 1997) estabelece que o Governo deve assegurar a proteção e promoção contínua do patrimônio ambiental, especialmente do patrimônio ambiental e cultural. Isso deve ser alcançado por meio de medidas permanentes de defesa e valorização, com o envolvimento adequado das comunidades, em particular as associações de defesa

do ambiente. Além disso, o Conselho de Ministro (Moçambique, 2014) prevê estimular a educação ambiental, a recreação e o lazer dos municíipes, bem como promover a prática de ecoturismo.

Fotografia 7 - Resíduos sólidos nas zonas costeiras da Ilha de Moçambique.



Fonte: Autor (2019)

Nesse contexto, o estudo chama atenção que devemos ter consciência e responsabilidade na preservação das espécies da fauna e da vida marinha, bem como seus habitats naturais e do patrimônio natural, de modo que possamos conviver usufruindo de todas as espécies e do patrimônio natural. No mesmo viés, a Educação Ambiental continua a ser um instrumento fundamental para reverter o cenário atual, visto que muitas espécies estão sendo extintas de forma muito rápida, o que pode ser até certo ponto perigoso, uma vez que, sem presas ou predadores, pode-se ter a proliferação descontrolada de uma determinada espécie.

É importante destacar que a degradação ambiental provocada pela atividade humana afeta a condição de sobrevivência das espécies, põe em risco o patrimônio natural e consequentemente de animais que habitam o ambiente. Os diferentes tipos de pressões que exercemos sobre os recursos naturais destroem comunidades inteiras e têm implicações diretas no equilíbrio dos ecossistemas e no meio ambiente. Os resíduos sólidos produzidos (garrafas, frascos de água mineral, sacos plásticos, absorventes femininos, fraldas descartáveis e outro tipo de lixo) são depositados numa área atrás do cemitério 13, localizado no interior da Ilha de Moçambique, onde funciona o aterro sanitário (conforme as imagens abaixo). Igualmente esse cenário é observado no jardim localizado em frente do hotel Muihipiti, colocando em risco a saúde pública e o meio ambiente. Também se pode ressaltar que grandes quantidades de lixo orgânico produzido na parte continental, zona do Lumbo, são despejados diretamente no mar.

Fotografia 8 - Ilustração da quantidade de resíduos sólidos produzidos.



Fonte: Autor (2019)

2.6 Conservação e Preservação do Parque Ecológico

O município, sendo executor da política de desenvolvimento urbano, e nas suas responsabilidades sociais de garantir a saúde e o bem-estar dos seus municíipes, deve buscar a preservação e a conservação de áreas de lazer e recreação que podem integrar os espaços destinados à implantação de equipamentos comunitários ou mesmo os espaços livres de uso comum, como jardins e praias, que são vocacionados para o exercício de atividades prazerosas.

Fotografia 9 - Locais de lazer no Parque Ecológico da Ilha de Moçambique.



Fonte: Autor (2019).

As informações dão a entender que o conhecimento sobre a dinâmica da regeneração e da estrutura da floresta é um pressuposto fundamental para um sistema de silvicultura que se baseia na regeneração de espécies florestais nativas. A regeneração natural, conforme definido por Sartorelli e Campos Filho (2017, p.9) compreende um conjunto de processos pelos quais plantas se estabelecem em área a ser restaurada ou em processo de restauração, sem que tenha sido introduzida deliberadamente pela ação humana.

O Conselho de Ministros (Moçambique, 1997) estabelece a manutenção e a regeneração de espécies animais, a recuperação de habitats danificados e a criação de novos habitats. Isso inclui o controle em especial de atividades ou do uso de substâncias susceptíveis de prejudicar as espécies das faunas e aos seus habitats, bem como a implementação de medidas de proteção especial para espécies vegetais ameaçadas de extinção.

As pesquisas geram informações cruciais sobre a dinâmica dos ecossistemas, bem como das práticas que visam a conservação do patrimônio natural e o uso sustentável dos recursos naturais. Essas informações contribuem na (re)formulação de políticas urbanas que norteiam a preservação, criação e implantação de áreas verdes, como parques, praças de esportes, estádios públicos, jardins e praias voltadas para o lazer. Outrossim, tais pesquisas contribuem para a melhoria da saúde e do bem-estar físico e psicológico, por meio da preservação e conservação do ambiente natural e das áreas verdes. Igualmente, contribuem para a promoção de oportunidades locais que o Parque Ecológico Municipal oferece sobretudo no âmbito do turismo, da cultura e da natureza. O Conselho de Ministros (Moçambique, 2014) incentiva a pesquisa científica em parques ecológicos autárquicos especialmente associada às instituições de ensino superior e centros de pesquisa.

3. Considerações finais

A Educação Ambiental voltada para a proteção, a preservação e a conservação do patrimônio natural, sobretudo a biodiversidade, os ecossistemas e o ambiente natural pode contribuir na multiplicidade da diversidade biológica e no uso sustentável dos recursos naturais, bem como manutenção das zonas verdes, dos parques, dos jardins, das praças e de outros locais de domínio público para garantir a preservação da paisagem natural e a promoção de ambientes de lazer.

É importante que a sociedade não perca o patrimônio natural. Desse modo, o uso sustentável, a regeneração de novas populações e espécies como marinhas, avícolas, faunísticas e/ou domésticas, assim como o plantio de manguezais e árvores do gênero casuarina em algumas zonas costeiras da Ilha pode contribuir para retardar a degradação das dunas como também promover a sustentabilidade urbana.

A construção de aterros sanitários em zonas estratégicas da parte insular da Ilha pode contribuir não apenas na preservação da saúde pública dos municíipes, como também para conservação do meio ambiente. Ademais, as pesquisas podem contribuir para o fluxo de informações sobre a dinâmica de ecossistemas, sobre as práticas que visem a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assim como na (re)formulação de políticas urbanas que possam nortear a prática de preservação do patrimônio natural e a criação de áreas verdes para proteção do ambiente natural e promoção do lazer.

Nas grandes e pequenas cidades urbanas, os parques ecológicos municipais desempenham um papel fundamental na promoção da saúde e do bem-estar da população local. Eles também possibilitam reconhecer e analisar qualidades ambientais e a biodiversidade, esta última sendo considerada não apenas um recurso natural essencial para a sobrevivência dos seres

humanos, mas também sendo utilizada para prática na agricultura, na medicina e na indústria. Devido às questões apresentadas nesse artigo, recomenda-se que se intensifique a proteção e a preservação das espécies, tanto da flora quanto da fauna e das terras úmidas que o Parque Ecológico da Ilha possui. Isso garantirá que as presentes e futuras gerações usufruam desses recursos ao mesmo tempo que contribuirá para o desenvolvimento urbano sustentável e o uso responsável do meio ambiente.

Recomenda-se ainda para os trabalhos futuros a realização de pesquisas para compreender a forma como as políticas municipais aplicadas aos parques ecológicos estão alinhadas com a cultura local, a fim de dinamizar o turismo cultural.

Referências

- BENTLEY, R.; BAKER, E.; MASON, K. Exposição cumulativa à baixa acessibilidade habitacional e sua associação com a saúde mental em homens e mulheres. *J Epidemiol Saúde Comunitária*, v. 9, p. 761-766, 2012.
- JENNINGS, V.; JOHNSON GAITHER, C.; GRAGG, R. S. Promoting environmental justice through urban green space access: A synopsis. *Environmental Justice*, v. 5, n. 1, p. 1-7, 2012.
- HABITAT, ONU Acompanhando o Progresso Rumo a Cidades e Assentamentos Humanos Inclusivos, Seguros, Resilientes e Sustentáveis. *Relatório de Síntese do ODS 11 - Fórum Político de Alto Nível* 2018.
- LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Bookman, 2012.
- MOÇAMBIQUE. *Ilha de Moçambique, Patrimônio cultural da Humanidade*. Ministério da Cultura. Micult, Ilha de Mocambique, 2013.
- MOÇAMBIQUE. Lei 10/88 de 22 dezembro de 1988. Determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural moçambicano. *Diário Oficial da União*: I série, Maputo: Conselho de Ministro, 1988.
- MOÇAMBIQUE. *Lei nº 20/97 de 1 de outubro de 1997*. Estabelece bases legais para uma utilização e gestão do ambiente e seus componentes [...]. Maputo: Conselho de Ministro, 1997.
- MOÇAMBIQUE. *Lei nº 16/2014 de 20 de junho de 2014*. Aprova lei de proteção, conservação e uso sustentável da Diversidade Biológica. Maputo: Conselho de Ministro, 2014.
- OLIVEIRA, Daniela Barreto Coelho *et al.* *Análise entre parques urbanos e os contextos socioambiental e da saúde no Município do Rio de Janeiro*. 2020. Dissertação Mestrado em Saúde pública e meio ambiente. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.
- PULICI, A.; MOURA, D. C; MOSANER, MS. Índice de Progresso Social para o Rio de Janeiro. *IPS RIO-Resumo Executivo Rio de Janeiro*, 2016.

RESTREPO VÉLEZ, S. Espaço público: emergência, conflitos e contradições. Caso cidade de Medellín. *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, v. 46, n. 125, p. 291-328, 2016.

SARTORELLI, P. A. R.; CAMPOS FILHO, E. M. Guia de plantas da regeneração natural do Cerrado e da Mata Atlântica. *São Paulo: Agroicone*, 2017.

SCHEUER, J. M.; DA SILVA NEVES, S. M. A. Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 11, n. 05, p. 74-89, 2016.

TRIGUEIRO, A. *Cidades e Soluções*: como construir uma sociedade sustentável. LeYa, 2017.

Parque Ecológico y Desarrollo Urbano Sostenible: Un Estudio del Consejo Municipal de Ilha de Moçambique

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la importancia de los parques ecológicos municipales y la biodiversidad para el desarrollo urbano sostenible. El estudio se justifica en que los parques ecológicos municipales son espacios fundamentales en las zonas urbanas, ya que además de promover la salud y el bienestar de las personas, permiten el contacto directo con la naturaleza. La metodología consistió en una investigación exploratoria-cualitativa, en la que se utilizó el método de análisis de contenido para verificar los datos obtenidos mediante la aplicación de la entrevista y la observación como principales instrumentos de recolección de datos; Además, se realizó un detallado estudio de campo en el Parque Ecológico Municipal Ilha de Moçambique, acompañado de un estudio detallado de documentos públicos que abordan el tema. La investigación se basó en la siguiente pregunta: ¿cuál es la importancia de los parques ecológicos municipales en el contexto del desarrollo urbano sostenible en Mozambique? Los resultados muestran que, cuando están adecuadamente estructurados, estos parques son indicadores de calidad de vida, al estar vinculados al ocio, la recreación y la práctica de actividades físicas. Además de proporcionar lugares para la interacción social, también permiten la preservación y conservación del patrimonio natural. Como catalizadores del desarrollo urbano sostenible, es importante resaltar que los parques en malas condiciones de conservación pueden plantear graves riesgos ambientales y causar daños a la población.

Palabras clave: Biodiversidad; desarrollo sustentable; patrimonio natural; preservación; conservación.

Parc Écologique et Développement Urbain Durable: Une Étude du Conseil Municipal de l'île de Mozambique

Résumé

Cet article vise à analyser l'importance des parcs écologiques municipaux et de la biodiversité pour le développement urbain durable. L'étude est justifiée par le fait que les parcs écologiques municipaux sont des espaces fondamentaux dans les zones urbaines, car en plus de promouvoir la santé et le bien-être des personnes, ils permettent un contact direct avec la nature. La méthodologie consistait en une recherche exploratoire-qualitative, dans laquelle la méthode d'analyse de contenu a été utilisée pour vérifier les données obtenues grâce à l'application d'entretiens et d'observations comme principaux instruments de collecte de données ; En outre, une enquête détaillée sur le terrain a été réalisée dans le parc écologique municipal de l'Ilha de Moçambique,

accompagnée d'une étude détaillée des documents publics traitant du sujet. La recherche était basée sur la question suivante : quelle est l'importance des parcs écologiques municipaux dans le contexte du développement urbain durable au Mozambique ? Les résultats montrent que, lorsqu'ils sont bien structurés, ces parcs sont des indicateurs de qualité de vie, car ils sont liés aux loisirs, à la récréation et à la pratique d'activités physiques. En plus d'offrir des lieux d'interaction sociale, ils permettent également la préservation et la conservation du patrimoine naturel. En tant que catalyseurs du développement urbain durable, il est important de souligner que les parcs dans de mauvaises conditions de conservation peuvent présenter de graves risques environnementaux et nuire à la population.

Mots clés: Biodiversité; Le développement durable; patrimoine naturel; préservation; conservation.

Ecological Park and Sustainable Urban Development: a Study by the Municipal Council of Ilha de Moçambique

Abstract

This article aims to analyze the importance of municipal ecological parks and biodiversity for sustainable urban development. The study is justified by the fact that municipal ecological parks are fundamental spaces in urban areas, as in addition to promoting people's health and well-being, they enable direct contact with nature. The methodology consisted of exploratory-qualitative research, in which the content analysis method was used to verify the data obtained through the application of interviews and observation as the main data collection instruments; Additionally, a detailed field survey was carried out in the Ilha de Moçambique Municipal Ecological Park, accompanied by a detailed study of public documents that address the topic. The research was based on the following question: what is the importance of municipal ecological parks in the context of sustainable urban development in Mozambique? The results show that, when properly structured, these parks are indicators of quality of life, as they are linked to leisure, recreation and the practice of physical activities. In addition to providing places for social interaction, they also allow for the preservation and conservation of natural heritage. As catalysts for sustainable urban development, it is important to highlight that parks in poor conservation conditions can pose serious environmental risks and cause harm to the population.

Keywords: Biodiversity; environment; natural heritage; preservation; conservation.